

Moçambique • África do Sul

Estratégia de mosca em teia de aranha

Esbracejando na «teia» sul-africana, Maputo tenta alterar o curso da guerra interna a seu favor e secar as «fontes» externas dos homens de Evo Fernandes. Restará saber se tal é possível enquanto um regime como o do «apartheid» se mantiver — retocado ou não — como representante da «lógica» dos interesses ocidentais na região.

Miguéis Lopes Júnior

Depois de breve interregno, novas malhas são tecidas na rede com que Pretória pretende manietar e dominar Moçambique. Em Abril, tudo indicava que o acordo de N'Komati tinha finalmente passado à prática. Pieter Botha falava de «corte total» com a Renamo e acções concretas surgiam quase de imediato: um batalhão das Forças de Defesa da África do Sul, constituído por «shanganes» (etnia com prolongamentos na zona a sul do rio Save) que dá frequentes «ajudas» às operações de sabotagem dos rebeldes é retirado da fronteira para o interior do território sul-africano; a fronteira entre os dois países, a norte e leste, passa a ser considerada «zona aérea restrita»; «possíveis simpatizantes» da Renamo no interior do exército sul-africano são ameaçados com a demissão; uma quadrilha de falsários que alegadamente trabalharia para os rebeldes é desmantelada em Joanesburgo.

Um breve alívio

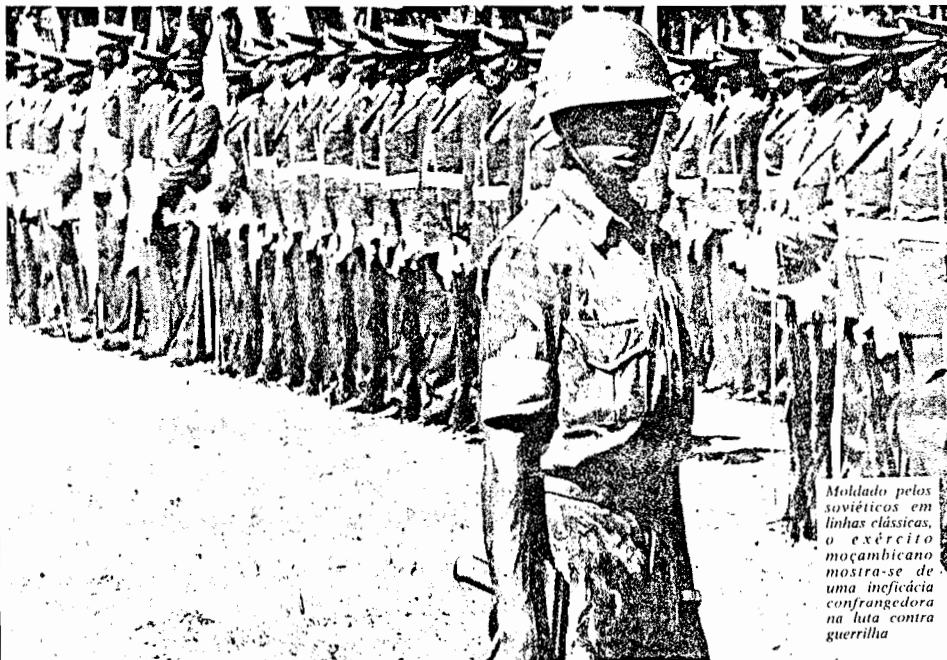
Os efeitos destas acções são sensíveis. Em meados de Abril a zona sul de Moçambique começa a sentir um certo alívio das pressões do conflito interno. Há um notório abaixamento de acções de sabotagem espectaculares junto a Maputo ou às fronteiras com a África do Sul.

Um mês depois, no entanto, cresce de novo em Maputo uma onda de indignação contra Pretória. Uma ponte ferroviária situada a oito quilómetros da fronteira sul-africana — na linha Maputo-Joanesburgo — era dinamitada na véspera da chegada de Ramalho Eanes a Moçambique. O ataque acontecia também um dia antes de Pretória ter finalmente dado luz verde a um carregamento urgente de carvão necessário para abastecer a central eléctrica de Maputo e que necessariamente teria de passar na linha em causa. O Sul de Moçambique está a ser abastecido de energia através da central, depois do derrube de trinta e um postes de alta tensão por um temporal em Março. Graças a um subsídio norte-americano, Maputo tinha comprado cerca de três mil toneladas de carvão à África do Sul para abastecer essa central alternativa e fez um pedido urgente de embarque da mercadoria. Fontes próximas do Governo moçambicano revelavam depois que as remessas de carvão — já pago — tinham sido deliberadamente atrasadas por Pretória que só mandou um telegrama de anúncio de envio no dia seguinte àquele em que a ponte foi dinamitada.

Leituras possíveis

«Coincidências» ou não o facto é que a visita privada de Ramalho Eanes a Moçambique foi precedida e rodeada de grande actividade dos rebeldes que diriam num comunicado distribuído em Lisboa a 1 de Maio que a destruição da ponte era o «prelúdio da asfixia total de Maputo». Por outro lado, na semana que antecedeu essa mesma visita «Pi» Botha confessava pela primeira vez em público o apoio do seu regime aos rebeldes. E falando no Parlamento disse que tal apoio seria reiniciado se se tornasse necessário. Nessa mesma semana ainda Pretória acena insistentemente a Maputo com a criação de forças conjuntas para patrulhar objectivos estratégicos em Moçambique.

A leitura possível destes acontecimentos continua a ser que o «apartheid» pretende continuar a pressionar Maputo com a Renamo, até obter para si — e para si



Moldado pelos soviéticos em linhas clássicas, o exército moçambicano mostra-se de uma ineficácia conflagrada na luta contra guerrilha

apenas, sem «partilhas» com Lisboa — o controlo económico e militar da antiga colónia portuguesa.

E se recuarmos ao dia 31 de Março, a um outro acontecimento que a muitos passaria despercebido encontraremos talvez a «pedra de toque» da «teia» sul-africana no que a Moçambique diz respeito. Nesse dia, o vice-ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros convidaria portugueses radicados na África do Sul a apresentarem-lhe uma lista de bens nacionalizados... em Moçambique!

Falando num jantar oferecido pela comunidade portuguesa de Pretória, Louis Nell afirmou existir um «entendimento» entre o seu Governo e Maputo, no sentido de serem «compensados» todos aqueles que viram fábricas, propriedades, investimentos e outros pertences confiscados pelo Governo moçambicano. Nell sugeriu existir por parte do Partido Frelimo um compromisso de afastamento do que chamou de «instituições comunistas», e uma viragem decidida para o Ocidente. Acrescentou haver ainda um longo e difícil caminho a percorrer para consolidar a penetração económica sul-africana em Moçambique, mas mostrou-se confiante em que Maputo estabeleceria garantias contra futuras nacionalizações.

Descontando boa dose de «excesso de zelo» do governante do «apartheid», o facto é que as palavras e atitude de Nell, relativas a «seara alheia», não foram até à data repudiadas pelo regime de Samora Machel.

A teia

A alienação de tutelas territoriais, políticas e económicas à África do Sul, era tida como corolário lógico do esquema tipo cacet/cenoura em que Samora Machel meteu o seu poder quando firmou com Botha o apregoado pacto de não agressão.

Nas Nações Unidas, recentemente, diplomatas atri-

canos de países «moderados» diziam, face ao desenrolar dos acontecimentos na África Austral, que a África do Sul estava a expandir e consolidar o seu domínio e que Moçambique, Zimbabwe, Zâmbia e Angola já tinham sido apanhados «na teia económica, militar e diplomática de Pretória». E salientavam serem as pressões norte-americanas sobre o «apartheid» pouco eficazes, porque a África do Sul não se contentaria em desempenhar o papel de «polícia regional» dos Estados Unidos. «A África do Sul tenta estabelecer-se como a principal potência de África, alargando a sua influência até à Somália e Marrocos e isso está a ser feito com o apoio tácito dos EUA» — afirmaram.

Muitas destas análises foram mais de uma vez expostas por alguns dos próprios parceiros de Maputo no seio da Linha da Frente. Na última reunião realizada em Lusaka, os seus membros nem sequer conseguiram chegar a acordo sobre uma visão comum da situação na África Austral. Segundo fontes diplomáticas, o presidente Nyerere da Tanzânia teria frisado que Pretória queria transformar os países vizinhos em bantustões e que portanto os seus governantes não eram dignos de confiança. Samora Machel replicou que partilhava as suspeitas de Nyerere mas que não tinha outra alternativa senão dar o benefício da dúvida a Pieter Botha.

Os apertos de Maputo

Com efeito, que hipótese restava ao Governo de Maputo?

Em dez anos de independência, nunca Moçambique passara por tantos e consecutivos apertos: divisões ao nível da toda-poderosa e até então monolítica direcção do Partido; indisciplina do exército; isolamento da capital e principais cidades; seca; cheias; pragas agrícolas; tufões; fome; descontentamento interno; perda

Moçambique • África do Sul



Em dez anos de independência nunca Moçambique passara por tantos apertos: divisões ao nível da toda-poderosa e até então monolítica direcção do Partido...

de iniciativa no terreno militar. Cofres, celiros e arsenais vazios e os «aliados naturais» do Leste europeu a manterem a retracção de apoio iniciada logo após o acordo de N'Komati. No interior, tropas andrajosas, mal equipadas, mal alimentadas, mal preparadas adquirem cada vez mais o espírito de caserna. O terror é combatido com terror. Grupos de desertores e marginais acossados pela fome fazem banditismo por conta própria. No meio deste fogo cruzado, a população, sofrendo na pele os efeitos de uma praga adicional.

Em Fevereiro deste ano, o bispo de Nampula escreve a Samora Machel, denunciando casos concretos de violação dos direitos humanos. Na sua carta, D. Manuel Pereira Pinto dá pormenores da actuação de elementos do exército moçambicano contra populações civis, solicitando a enérgica intervenção do Presidente da República Popular de Moçambique. O documento surge após um crescente afastamento do regime por parte da Igreja Católica moçambicana. Em Maio de 1984, saíra um comunicado da conferência dos bispos de Moçambique considerando que a situação de guerra não servia o povo nem o futuro da Nação. Seis meses depois, vinha a lume o documento «Calem as Armas», cuja circulação se restringiu à província de Nampula. Nele se afirma: «O tempo que vivemos é, sem dúvida, um tempo de ódio, de vingança, de violência e de morte; o tempo de desprezo pela vida e pelo homem; um tempo de crueldade e de assassinio; um tempo marcado pela angústia e pelo medo.»

Em «Calem as Armas» o flagelo que dizima o povo moçambicano é definido como «a guerra de uns e de outros». «A guerra está presente em todas as províncias deste país» — lê-se ainda na pastoral — «pedimos a uns e outros que cessem, de vez, todos os actos ou operações que possam levar à prática de massacres ou de represálias indiscriminadas e brutais».

Actualmente, e segundo apurámos junto de fontes eclesiásticas em Lisboa, a Igreja de Moçambique está a elaborar listas de violações e atrocidades que poderão ser tornadas públicas caso não se verifiquem, por parte das autoridades, indícios de esforços no sentido de se amenizar a situação de violência.

O naufrago

Sossobrando neste alteroso mar de contrariedades, resta a Maputo agitar a mão do naufrago em vias de



O «apartheid» continua a pressionar Maputo com a Renamo

afogamento. E, tal como para os naufragos em desespero, o importante é que a bóia venha e não o local de onde ela é lançada. O aceno principal é feito a Washington que, no entanto, dá com uma mão muito mais do que pede com a outra.

Mitterrand é outro alvo dos apelos de Samora Machel. E a França corresponde, interessada em mostrar-se uma vez mais como alternativa às duas superpotências na África Austral. E a França passa a ser — «desespero oblige» — para Maputo, «o país ocidental que melhor compreende os problemas de Moçambique» (e isto apesar de Evo Fernandes estar a preparar em Paris a alternativa para o seu ameaçado escritório de Lisboa...).

Outro esforço prende-se com nova tentativa de aproximação indirecta da Renamo, depois do fracasso do «quase acordo» do 3 de Outubro de 1984. O «pivot» é «Tiny» Rowlands, presidente da Lonrho, a maior empresa do mundo no que respeita a investimentos em África e dono, no tempo colonial, de um «holding» de dezanove empresas em Moçambique. Em Fevereiro deste ano, Rowlands tem contactos em Pretória com Jacinto Veloso, ministro de Estado para os Assuntos Económicos da RPM. O multimilionário decide intensificar, a pedido de Maputo, esforços em direcção à Renamo. Para o efeito é destacado Marquard de Villiers, um dos homens de mão de Rowlands, peça-chave no processo de independência do Zimbabwe e director da Lonrho em Pretória. Os contactos com os rebeldes, que estes confirmam, são no entanto infrutíferos. A Renamo insiste em ser reconhecida politicamente e que a acomodação das suas tropas se faça antes e não depois de um cessar-fogo, como o pretendem as autoridades moçambicanas. De Villiers volta-se então para outro objectivo: tentar «secar» outras fontes de financiamento externo dos rebeldes. Por outro lado, o «patrão» da Lonrho oferece-se para custear a presença das tropas zimbabueanas que protegem o oleoduto que, da Beira, segue para o país de Robert Mugabe, oleoduto de que o multimilionário detém, aliás, a maioria das acções.

A semana passada, entretanto, o empenhamento do considerado «dono» da Zâmbia, é compensado Maputo forma com a Lonrho a Lonmco, dando acesso a investimentos do supercapitalista em áreas como o turismo, pescas, açúcar e algodão.

Lisboa noutra tom

Em relação a Portugal, o tom acusatório de Maputo vai baixar consideravelmente. Na cimeira dos «cinco» Moçambique recusa-se a condenar explicitamente o Governo português por cumplicidade com os movimentos antigovernamentais. A tão batida tecla da «Lisbon connection» é tocada de outra forma. Aparentemente satisfeito com a saída de Mota Pinto do executivo, Maputo critica apenas a passividade de Lisboa perante as actividades dos rebeldes na capital portuguesa e refere apenas «círculos» políticos, económicos e financeiros que apoiariam a Renamo a partir de solo português.

É para acentuar este desanuviamento Maputo-Lisboa que Aquino de Bragança, conselheiro de Samora Machel, se desloca à capital portuguesa em princípios de Março. O enviado moçambicano faz contactos ao mais alto nível em meios ligados à Presidência da República, ao Governo e aos militares. Ele repisa perante estas três instâncias a tese de que conversações directas Frelimo-Renamo poriam em causa os acordos de Lu-

saka de 1974, em que Portugal reconheceu a Frente de Libertação de Moçambique como único e legítimo representante do povo moçambicano. A Almeida Santos, um dos anteriores «suspeitos» (para Maputo) de ligações com os rebeldes, entrega um convite pessoal de Machel para uma visita privada ao território que o causidico tão bem conhece. Junto dos militares procura fazer reviver os acordos de cooperação, nomeadamente no que respeita à formação de comandos especiais moçambicanos na Amadora.

É que, moldado pelos soviéticos em linhas «clássicas», o exército moçambicano mostra-se de uma ineficácia confrangedora na luta contraguerrilha. Samora Machel deseja reconvertê-lo, dotando-o de unidades pequenas, com treino especializado, helitransportadas, para intervenção rápida. A ideia é «ir lá» onde o inimigo se acota, com silêncio, rapidez e eficácia, ao invés de ficar na defensiva e aparecer oito dias depois do ataque nos velhos, barulhentos e fumegantes tanques de «museu».

Junto de Melo Antunes, Aquino prepara a visita privada que Eanes acabou de efectuar a Moçambique. Uma visita importante, porque Eanes, apesar dos avanços de Soares nesse campo, continua a ser um «homem dos americanos» e Ronald Reagan vem a Lisboa no fim deste mês.

Junto de Vally Mamede, o controverso chefe da Comunidade Islâmica portuguesa, o conselheiro de Machel solicita compreensão para com o processo moçambicano e pressões junto de países árabes como Oman, Qatar e Arábia Saudita que fornecem armas à Renamo via Comores. A Comunidade Islâmica moçambicana sofreu rude choque em 1983 aquando da condenação à morte e execução (apesar de múltiplos apelos locais e internacionais) do comerciante Vally Mamede, uma espécie de «padrinho» dos seguidores do Islão em Moçambique, por contrabando de camaráo. O caso provocou autêntico êxodo de muçulmanos para a Índia, Paquistão e Portugal e foi muito mal recebido em diversas capitais árabes.

Finalmente aos «retornados» Aquino de Bragança deixa um recado que já havia sido lançado por Jacinto Veloso em S. Tomé: Maputo estava disposto a rever casos de nacionalizações de propriedades, fábricas e outros investimentos, e a estudar o regresso dos antigos proprietários a Moçambique.

Quadratura do círculo

Outros trajectos da ofensiva externa de Maputo compreendem ainda o Brasil, onde em princípios deste mês Veloso tenta conseguir a neutralização de dois dos considerados principais «banqueiros» da Renamo: António Champalimaud e Manuel Bulhosa. Ao mesmo tempo o ministro dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano, segue para o Zimbabwe, Tanzânia e Etiópia. O objectivo é constituir uma força africana que defenda os pontos nevralgicos do território moçambicano.

Mas, apesar desta bem sucedida ofensiva internacional, Maputo continua a ser o elo fraco dos próprios entendimentos que cria para sua sobrevivência. Pretória continua intocável e insensível às pressões externas e, como se viu recentemente mais uma vez no episódio da ponte ferroviária, utiliza a penetração dos rebeldes como válvula de pressão em relação às autoridades moçambicanas. «De Hérodotes para Pilatos», restaria... Washington e daí a oportunidade da visita de Eanes a Maputo, quando se sabe que Reagan estará em Portugal no fim do mês. Mas os «sinais mais encorajadores» que o presidente americano deseja ver em Maputo, antes de colocar decididamente o seu «peso» atrás do regime de Machel, significam qualquer coisa como obrigar o Partido Frelimo a engolir o que resta do seu discurso socializante e «marxista-leninista».

«Bantustanização ou Somalização» (ou ambas) são as perspectivas possíveis de uma «normalização» à ocidental que, em qualquer dos casos, jogará a favor dos sonhos da hegemonia sul-africana.

O «apartheid» não é um factor moral. É um factor de sobrevivência dos interesses «africanos» e seus tutores ocidentais. E se o sistema se começa a revelar um impediço para a manutenção desses interesses a «solução» — tanto para o poder branco sul-africano como para o Ocidente — não é desmantelá-lo, mas «adaptá-lo» às novas circunstâncias. «Adapt or die» — dizia já Vorster há muitos anos. Mas a situação dos países periféricos, continuará na dependência da «lógica» dos «mentores» da adaptação. Lógica que não passa — que nunca passou — pelos interesses daqueles que hoje morrem sob as balas da Polícia no Soweto ou em Alexandria, ou dos povos da região. ■